

TERRITÓRIO RURAL E A COVID-19 NO BRASIL: IMPACTOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO E IMPLICAÇÕES PARA A TERAPIA OCUPACIONAL

Rural territory and COVID-19: impacts of the pandemic on rural education and implications for occupational therapy

Territorio rural y COVID-19 en Brasil: impactos de la pandemia en la educación rural e implicaciones para la terapia ocupacional

Amanda Amaro Cedro

<https://orcid.org/0009-0008-2300-641X>

Universidade de Brasília, Faculdade de Ceilândia, Ceilândia, DF, Brasil

Magno Nunes Farias

<https://orcid.org/0000-0002-9249-1497>

Universidade de Brasília, Faculdade de Ceilândia, Ceilândia, DF, Brasil

Sarah Raquel Almeida Lins

<https://orcid.org/0000-0001-5271-728X>

Universidade de Brasília, Faculdade de Ceilândia, Ceilândia, DF, Brasil

Resumo

Introdução: Historicamente, a população rural vivencia o difícil acesso a direitos sociais. Essa situação foi agravada pela pandemia da Covid-19. **Objetivo:** Refletir sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na população rural em relação à educação do campo a partir da Terapia Ocupacional. **Método:** Estudo teórico-reflexivo a partir da análise de publicações sobre os acontecimentos. **Resultados e Discussão:** A ausência de ferramentas para acompanhar as aulas on-line trouxeram insegurança sobre o futuro. Discute-se sobre as possibilidades da Terapia Ocupacional frente a esses desafios. **Conclusão:** A reflexão contribui para o debate sobre o acesso à educação da população rural.

Palavras-chave: Zona Rural. COVID-19. Terapia Ocupacional. Educação da População

Abstract

Introduction: Historically, the rural population experiences difficult access to social rights. That situation was aggravated by the Covid-19 pandemic. **Objective:** To reflect on the impacts of the Covid-19 pandemic on the rural population in relation to rural education based on Occupational Therapy. **Method:** Theoretical-reflective study based on the analysis of publications about the events. **Results and Discussion:** The absence of tools to follow online classes brought insecurity about the future. It discusses the possibilities of Occupational Therapy in the face of these challenges. **Conclusion:** The reflection contributes to the debate on access to education for the rural population.

Keywords: Rural Areas. COVID-19. Occupational Therapy. Population Education

Resumen

Introducción: Históricamente, la población rural vive un difícil acceso a los derechos sociales que se vieron agravados por la pandemia del Covid-19. **Objetivo:** Reflexionar sobre los impactos de la pandemia del Covid-19 en la población rural en relación a la educación rural basada en Terapia Ocupacional. **Método:** Estudio teórico-reflexivo basado en el análisis de publicaciones sobre los hechos. **Resultados y Discusión:** La ausencia de herramientas para seguir clases en línea trajo inseguridad sobre el futuro. Discute las posibilidades de la Terapia Ocupacional frente a estos desafíos. **Conclusión:** La reflexión contribuye al debate sobre el acceso a la educación de la población rural.

Palabras clave: Medio Rural. COVID-19. Terapia Ocupacional. Educación de la Población

Como citar

Cedro, A.A., Farias, M.N. & Lins, S.R.A. (2023). Território rural e covid-19 no Brasil: impactos da pandemia na educação do campo e implicações para a terapia ocupacional. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. 7(3), dossiê temático:2011-2021. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto50015

Apresentação

As medidas de prevenção da pandemia de Covid-19 exigiram que as populações de todo o mundo se adaptassem à nova realidade, o que impactou em todas as atividades cotidianas que permeiam a vida humana como, por exemplo, a participação social, o lazer, o trabalho e a educação.

A pandemia da Covid-19 colocou luz sobre desigualdades sociais que já existiam e que, talvez, estavam esquecidas ou ignoradas (Magalhães, 2021). Essas diferenças agravaram a situação de populações que vivenciavam a realidade do difícil acesso aos direitos sociais e humanos básicos como, por exemplo, alimentação, saúde, moradia, informação, educação e saneamento básico (Farias & Leite Junior, 2021).

Nesse contexto encontram-se as comunidades rurais que vivenciaram problemáticas inclusive relacionadas à garantia de acesso e de permanência em escolas rurais. Essa população é, muitas vezes, desassistida pelo Estado. Isso pode ser visto uma vez que faltam recursos, como internet e equipamentos eletrônicos, e que há uma disponibilidade insuficiente de professores (Miranda, 2021; Farias & Faleiro, 2020).

As redes de educação no Brasil não estavam preparadas para lidar com as formas digitais e de inclusão social na mídia educacional. Os estudantes em vulnerabilidade social foram os mais afetados pela realidade pandêmica, e a solução se deu por meio da utilização de metodologias on-line. Assim, “a oferta educativa para sujeitos do campo, de modo especial, padece com a descontinuidade de políticas públicas que atendam suas especificidades” (Ribeiro et al., 2021, p.94) e, dentro de conjunturas que intensificam as desigualdades, isso fica ainda mais complexo.

Assim, o cotidiano escolar foi marcado por aulas on-line, plataformas digitais de exercícios, aulas gravadas e uma tentativa de aproximação com os colegas e professores por aplicativos de mensagens. Porém, para os moradores do território rural brasileiro, essa realidade foi dificultada pela impossibilidade de acompanhar o processo devido à vulnerabilidade a qual estavam expostos, sobretudo aqueles marcados pela pobreza e pelas problemáticas da educação pública.

Além da problemática relacionada à aprendizagem escolar, tem-se um contexto de ruptura do cotidiano causada pelas mudanças durante o cenário mundial da pandemia, que exigiu a readaptação no cotidiano de todas as pessoas, questão que se confrontou com os aspectos de classe, gênero, raça/etnia etc (Farias & Leite Junior, 2021).

O cotidiano é uma dimensão da vida considerada neste trabalho que destacou os impactos da pandemia para comunidades rurais e, especificamente, para a educação do campo, para adensamento do debate e para a valorização da população rural como pertencentes sociais, políticos e culturais na educação.

Nesse sentido, a partir de um exercício teórico-reflexivo, esse trabalho teve como objetivo refletir sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na população rural em relação à educação do campo e

trazer breves reflexões sobre o tema para a Terapia Ocupacional, campo de conhecimento e prática que também vem enfrentando os desafios impostos pela pandemia de Covid-19 e seus impactos em populações em vulnerabilidade social.

Este ensaio teórico parte de análises de investigações e teorias publicadas sobre os acontecimentos da pandemia da Covid-19 e seus impactos na população rural, com destaque para o campo da educação. A escolha metodológica reflete tanto a concepção de compreensão assumida pelos pesquisadores como implica na avaliação de um determinado aspecto (Spinillo *et al.*, 2016).

Trata-se, ainda, de uma reflexão qualitativa que buscou evidenciar os fenômenos sociais, sem a utilização de instrumentos estatísticos, além de envolver a participação ativa do pesquisador e, por ser de caráter interpretativo em que o autor identifica temas ou categorias para realizar interpretações ou conclusões sobre o conteúdo (Creswell, 2007).

Sendo assim, a seleção dos estudos que compuseram a presente reflexão foi realizada por conveniência, e não foi definido tempo de publicação nem fontes específicas a fim de priorizar a identificação de estudos que respondessem ao objetivo do presente estudo e que partissem de diferentes perspectivas para melhor compreensão sobre o tema. Foram considerados estudos que abordassem de forma concatenada sobre as seguintes temáticas: população rural, educação do campo, pandemia e Terapia Ocupacional.

Após a leitura dos estudos foram identificadas três categorias teórico-reflexivas que ficaram em evidência e que foram utilizadas para organização e análise dos dados coletados (Creswell, 2007), a saber: *a) território rural, população rural e pandemia*, que aborda os desafios vivenciados pela população rural em relação à saúde e a educação no período de pandemia; *b) educação do campo e pandemia*, que aborda os impactos na comunidade educativa para continuidade aos estudos, incluindo estudantes, professores e mães dos estudantes, e reforça a urgência por investimentos básicos no território rural; e *c) terapia ocupacional e a educação do campo*, que reflete sobre as possibilidades da Terapia Ocupacional frente aos desafios da educação no campo e a importância desta atuação.

Território Rural, População Rural e Pandemia

A época de exploração no Brasil foi marcada pela destruição da natureza, pelo extrativismo de minérios e pela conquista de terras por invasores portugueses. Para conseguirem extrair, plantar e explorar essas terras, até então desconhecidas pelos portugueses, seria necessária mão de obra para realizar todo o trabalho árduo e, como os povos que habitavam esses locais ainda não explorados eram livres, foi usada a "força bruta, a submissão e utilização do instituto oposto à liberdade, a escravidão" (Souza, 2017, p. 2905), marcando a história do país e dos povos que nele se constituíram como, por exemplo, a população rural.

Uma vez que a escravidão dos povos estava associada ao domínio das terras, o latifúndio (grandes propriedades de terras pertencentes a uma só família ou pessoa) foi a maneira que os portugueses usaram para a obtenção dos territórios, reforçando uma nova política para aqueles grupos que ali

viviam. Assim, o povo não privilegiado, a saber, negros escravizados, imigrantes pobres e indígenas que fugiam dessa forma de violência, acabavam ocupando as piores terras que saíam da zona de interesse aristocrata. Na maioria das vezes, a ocupação dessas terras pelos sujeitos subalternizados era “garantida pelo uso do solo e não pela propriedade [...]. Ao ocuparem as terras dessa forma, essas pessoas e famílias sem assistência e amparo reivindicavam o direito de nelas viver, sem exigirem o reconhecimento do Estado para isso” (Caldart *et al.*, 2012, p. 511).

Com o passar do tempo, a ocupação de terras foi constituindo o território brasileiro que foi assentado por conflitos e embates durante toda a história – sobretudo com a lógica latifundiária. De acordo com Caldart *et al.* (2012), a transformação causada pelas ocupações, por meio da ação de movimentos sociais, foi um instrumento fundamental para a reivindicação da transformação no país, especificamente da propriedade rural pelos povos não privilegiados (trabalhadores rurais, quilombolas, ribeirinhos etc.).

É importante ressaltar que, nos debates sobre reorganização de terras e nas reivindicações pela Reforma Agrária¹, as ocupações das famílias de áreas rurais eram chamadas de invasões, termo comumente utilizado para definir a moradia de famílias, com teor pejorativo, indicando um ato ilegal. Posteriormente, a partir de resistências e lutas de famílias e movimentos em prol do reconhecimento da propriedade, “foi cunhado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) o uso do termo ocupação” (Caldart *et al.*, 2012, p.513).

O termo “ocupação” se refere ao direito de todo cidadão brasileiro de ter acesso à terra, sobretudo à população rural que é composta pelos

[...] agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (Brasil, 2010, s/p).

Essa breve contextualização histórica revela que, mesmo quando ainda não havia a interferência de uma doença com potência global, a população rural já enfrentava uma realidade diária desafiadora, o que sugere que essa população, que já estava vivendo na sombra do olhar político e sem a proteção total que a Constituição Brasileira de 1988 lhes resguarda, foi impactada pela pandemia da Covid-19, que potencializou a falta de assistência.

São notórios os efeitos diretos e colaterais causados pela SARS-COV-2 em todo o mundo e, no Brasil, a heterogeneidade dos cenários nas regiões evidenciou diferentes realidades e formas de lidar com a doença e com o isolamento social. As diferenças nas áreas urbanas e rurais podem determinar a influência de uma pandemia em termos de transmissão viral, diagnóstico, morbidade e mortalidade.

1 A Reforma Agrária, em suma, trata-se do desapossamento de latifúndios e a redistribuição justa e igualitária às famílias para que possam utilizar essas terras de forma produtiva, gerando economia.

Essas diferenças surgem principalmente dos fatores socioeconômicos, do acesso aos cuidados de saúde e da preparação para pandemia (Farias & Leite Junior, 2021).

O primeiro impacto da pandemia no território rural é, portanto, de ordem sanitária e humanitária, tendo em vista o agravamento da insegurança alimentar (Floss, 2020), o aumento do desemprego (devido às estratégias de contenção de gastos que muitas empresas tiveram que adotar em meio ao isolamento social), falta de informações validadas por órgãos do governo e de fontes confiáveis, além de medidas governamentais adaptadas às características territoriais de municípios e regiões.

Vale ressaltar que os moradores dessas regiões fazem parte de um território, muitas vezes, marcado pela pobreza, com grandes vulnerabilidades e que dependem de assistência governamental. Tais condições denunciam que a rede de proteção social precisa sobrepôr aspectos econômicos, sociais e demográficos, com protocolos e medidas específicas para que os moradores do campo tenham condições de resistir aos desafios de uma pandemia no Brasil (Floss, 2020).

Paralelamente, um relato de experiência de acadêmicos da área da saúde que vivenciaram a rotina de um hospital rural durante a pandemia pelo SARS-COV-2 pontuou fatores que podem contribuir para compreender a realidade da saúde rural como, por exemplo, "um número de profissionais limitados, dificuldade de acesso à UAPS [Unidade de Atenção Primária à Saúde], distância da sede do município e de hospital de referência, protocolos de prevenção negligenciadas, cuidados atrasados, falta de informação, disparidades na demografia dos pacientes e qualidade de atendimento abaixo do padrão (Dias *et al.*, 2020, p. 4)". Essas observações, portanto, revelam a falta de estrutura, suporte e preparo para a população rural e, como consequência, a realidade de que "a disseminação global da Covid-19 pode afetar significativamente as comunidades rurais em maior medida (Dias *et al.*, 2020, p. 4)".

A partir da compreensão da correlação entre saúde e educação e de que uma educação de qualidade depende do adequado acesso à saúde e de outras políticas públicas, acredita-se que os estudos da área da saúde estão fortemente ligados a essa pesquisa. Nesse sentido, Sahu *et al.* (2020, p. 1821) apontam que "a baixa alfabetização de adultos está fortemente correlacionada com conhecimentos de saúde e habilidades de autogerenciamento reduzidos, saúde física e mental reduzida, taxas mais altas de hospitalizações e aumento da morbimortalidade".

Assim, ainda que a área da educação tenha sofrido com escassez profissional, com o isolamento social e com outros fatores acarretados pela Covid-19, as escolas e centros de ensino foram responsáveis por manter muitas famílias a par de tudo o que estava acontecendo pelo mundo, principalmente em relação à saúde da população.

Desse modo, deve-se pensar na realidade que o setor da educação do campo vivenciou antes da Covid-19, nos desafios e potencialidades no momento da pandemia e do isolamento social e, inclusive, nas estratégias de readaptação em um possível retorno das atividades presenciais tanto para os alunos quanto para o corpo docente das unidades de ensino.

Educação do Campo e Pandemia

De acordo com Caldart *et al.* (2012) um dos principais grupos populacionais não favorecidos pelo direito à educação está no campo. Tais dados reforçam a necessidade de uma proposta de educação baseada nas singularidades e particularidades do território e da população rural, sendo um direito que abre portas para novas oportunidades e dá acesso à formação de pessoas que passam a conhecer e a buscar a garantia de seus direitos, assim como possibilita que membros de sua comunidade também usufruam do mesmo (Caldart *et al.*, 2012).

No cenário da pandemia, esse processo se tornou ainda mais complexo, a exemplo da disparidade entre o ensino privado e o público e do abismo criado na forma com que o conhecimento foi passado ao longo da pandemia. Nesse sentido, Cunha *et al.* (2020) relataram que, enquanto os alunos da rede privada de ensino dispunham de recursos e estratégias – como, por exemplo, aulas ao vivo e gravadas, disponibilização de tarefas por mais de um meio eletrônico como sites e *apps*, acompanhamentos individuais e em grupo para sanar dúvidas –, os alunos das escolas públicas sequer tinham acesso à internet ou a dispositivos eletrônicos para acompanhar as aulas, evidenciando uma realidade presente nos contextos rurais, que já tem um histórico marcado por esses problemas.

Assim, muitas vezes, não basta ter um aparelho celular para realizar as atividades ou acompanhar as aulas on-line, por exemplo. Em muitos casos, a população rural também se depara com a falta de acesso à internet.

Uma pesquisa divulgada pela TIC Educação 2018, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (Comitê Gestor da Internet no Brasil [CGI], 2019), revelou que 43% das escolas do campo não têm acesso à internet, sendo que 24% apontam para o alto custo da conexão. Em casa, faltam aparelhos para todos os estudantes que nela residem, assim como a conexão o que, conseqüentemente, acaba excluindo esses alunos das estratégias do Ensino Remoto e “com o distanciamento social e o predomínio de estratégias que dependem das tecnologias da informação e comunicação, uma parcela dos estudantes [enfrentaram] enfrentam ou enfrentarão dificuldades para acessarem e permanecerem vinculados à escola” (Cunha *et al.*, 2020, p. 32).

Cunha *et al.* (2020) também revelaram que 76% dos docentes buscaram aprimorar seus conhecimentos sobre o uso de recursos tecnológicos nos processos de ensino e aprendizagem (Comitê Gestor da Internet no Brasil [CGI], 2019). Porém, tais iniciativas não foram suficientes, uma vez que, no período de pandemia, os docentes tiveram dificuldades de superar os obstáculos e prejuízos decorrentes da interrupção das aulas presenciais devido a diversos fatores como, por exemplo, a quebra do calendário letivo, a evasão de alunos, falta de comunicação, acessibilidade e orientação, além de espaços inadequados para estudo tanto para os alunos quanto para os professores.

As mudanças trazidas para a educação do campo devido ao período de pandemia também envolveram os impactos das relações de gênero que também refletem nas relações em casa, especialmente

quando se considera que o protagonismo das mães na educação de seus filhos tem evidência, inclusive no campo.

Uma pesquisa realizada no Município de Ibiassucê, BA, junto a familiares de estudantes – sendo do total de 16 participantes, 15 foram mães – que responderam a um questionário via *whatsapp*, sobre o ensino, aprendizagem e dificuldades enfrentadas pelas famílias na educação à distância na pandemia revelou que “[...] que na atual conjuntura o acompanhamento nas atividades escolares é majoritariamente feito pelas mulheres” (Novais *et al.*, 2020, p. 21).

Nessas dinâmicas, os esforços advindos das mulheres mães têm um lugar importante, pois elas lutam para que seus filhos tenham oportunidades educativas diferentes das que, por vezes, elas passaram em um passado não muito distante e que, em muitos casos, podem ter sido marcadas pela baixa escolaridade e pela falta de acesso devido à imposição do trabalho como perspectiva para vencer a pobreza, dentre outras coisas. Esses fatores influenciam a geração atual a buscar recursos e condições de vida mais amplas que aquelas experimentadas pela geração de mulheres que são mães (Novais *et al.*, 2020).

Pensando nos estudantes que habitam territórios rurais, é necessário validar o significado institucional da escola e da universidade, não apenas como um espaço físico de ensino, mas como um local responsável pela produção de conhecimento sobre as configurações sociais que transpassam barreiras geográficas e potencializam transformações no território rural (Farias & Faleiro, 2020).

A ruptura no cotidiano escolar, em específico, pode causar no estudante uma insegurança quanto ao futuro. O desamparo do governo em relação aos estudantes do campo acarreta um cenário instável, no qual a estabilidade de ter um local físico, com rotinas de aulas presenciais, devolutivas e acesso aos professores é retirada.

Nessa direção, Miranda *et al.* (2021, p. 97) realizaram um estudo junto a alunos da zona rural que relataram suas percepções em relação ao ensino ofertado durante a pandemia e sobre a perspectiva com relação ao futuro acadêmico. Nele, um dos participantes fez o seguinte relato: “Toda essa situação se torna dramática para mim, a minha visão para o futuro não é mais a mesma, o trauma que esse vírus deixou e a forma de viver, de poder me relacionar e os esforços que me obrigam a fazer para estudar me abalaram, me deixou sem perspectiva para o futuro, honestamente, nem sei se vou formar no ensino médio [...]”.

O cenário apresentado evidenciou a importância de se refletir sobre as condições que esses estudantes sairão do ensino à distância e retornarão ao ensino presencial, nas taxas de evasão e na nova realidade a qual foram condicionados.

A Terapia Ocupacional e a Educação do Campo

De acordo com Rocha (2007), a atuação da terapia ocupacional no campo da educação teve início por meio da “Educação Especial”, que é uma modalidade de ensino voltada para crianças e adolescentes

com algum tipo de deficiência (física, intelectual, mental, sensorial e múltiplas) em instituições de ensino especializadas e segregadas das outras redes regulares de ensino. A autora aponta que o trabalho do terapeuta ocupacional se dava pelo apoio aos discentes com o manejo de atividades específicas voltadas aos estudantes com deficiência através de avaliações de comportamento, critério de faixa etária e seguindo os critérios de diagnósticos clínicos e psicopedagógicos (Rocha, 2007).

No entanto, a atuação da terapia ocupacional, no campo da educação, vem se ampliando. Em 2011, o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional reconheceu, a partir da Resolução de nº. 406/2011, a especialidade profissional do terapeuta ocupacional nos contextos sociais. Essa resolução aponta como competência do profissional a atuação na área da educação por meio de ações de educação em saúde, ações sociais, intervenção no processo de inclusão escolar, avaliação, prescrição, e produção de recursos que facilitem no processo de aprendizagem (Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional [COFFITO], 2011).

Mais recentemente, no ano de 2018, foi publicada a Resolução de nº 500 do COFFITO que reconhece a especialidade da Terapia Ocupacional no contexto escolar, descreve as competências profissionais do terapeuta ocupacional nesse campo e aponta que a atuação envolve a contribuição para a efetivação de políticas inclusivas em relação aos estudantes, articulação intersetorial, bem como ações de formação para toda a comunidade educativa.

A Resolução reforçou a atuação da profissão nesse campo ao mesmo tempo em que incentivou a realização de estudos na área, a contratação de profissionais para atuação na escola e a inclusão de mais disciplinas voltadas para a área nos currículos de formação dos cursos de graduação em terapia ocupacional brasileiros.

A atuação na educação do campo, especificamente em um cenário pandêmico, tem de ser caracterizada pela interdisciplinaridade, intervenção de cunho característico da terapia ocupacional. O sujeito coletivo é o objeto de intervenção – sendo o estudante, o discente, a família, a estrutura escolar, os equipamentos escolares e a comunidade – que busca o fortalecimento da potência de todos os envolvidos no trabalho (Rocha, 2007; Farias & Faleiro, 2017).

Em um estudo publicado na *Revista Brasileira de Educação no Campo* foram indicadas algumas possíveis ações do terapeuta ocupacional nas escolas do campo, a saber: “construção de atividades, dinâmicas e projetos, constituindo espaços coletivos e grupais, acompanhamentos singulares e territoriais, articulação de recursos no campo social e dinamização da rede de serviços” (Farias & Faleiro, 2017, p.556-558). Cabe uma reflexão sobre como o terapeuta ocupacional pode intervir utilizando como base essas ações e articulando para o novo cenário atual pós-pandêmico.

Desse modo, a terapia ocupacional tem como papel o desenvolvimento de ações voltadas para os estudantes do campo, a realização do rastreamento de evasão escolar, assim como os motivos que levaram a tal e trazer a educação de volta aos estudantes, como um agente fortalecedor de mudanças sociais. Para isso, é essencial que a terapia ocupacional “reconheça a escola do campo como espaço de

vinculação com os sujeitos concretos do campo, tendo esses como protagonistas da escola como uma perspectiva da Educação do Campo” (Farias & Faleiro, 2017, p. 554).

Considerações finais

Os impactos da pandemia causados pela Covid-19 tiveram grandes proporções nas mais diversas áreas em todo o mundo. No Brasil, as desigualdades sociais levaram à tona as diferenças entre as populações urbanas e do campo. Na saúde, por exemplo, os impactos na área rural foram de ordem sanitária e humanitária, com escassez de profissionais, insumos e rede de suporte governamental. Na educação do campo, muitos alunos sofreram com o isolamento social, a falta de equipamentos eletrônicos para acompanhar as aulas *on-line*, ausência de *internet*, assim como educadores e discentes que foram surpreendidos com o novo cenário da educação, somada à falta de recursos.

Este ensaio teórico levantou reflexões sobre os impactos causados na população e na educação do campo devido à pandemia da Covid-19 e evidenciou alguns elementos relacionados a fenômenos sociais.

Importa ressaltar as limitações deste ensaio especialmente no que se refere aos estudos selecionados para composição das reflexões que podem não representar toda a realidade brasileira. Nesse sentido, sugere-se que novos estudos considerem tais limitações para aprimoramento das reflexões sobre a temática.

Conclui-se que os impactos da Covid-19 atingiram a educação como um todo, bem como a todos os atores envolvidos, e evidenciaram ainda mais a vulnerabilidade da educação no campo em relação a acesso, qualidade, estrutura e estratégias possíveis para a continuidade das atividades educativas.

Sugere-se que novos estudos se debruçem sobre o tema a fim de identificar os impactos na ruptura do cotidiano de alunos e de educadores, as taxas de evasão, o retorno – ou não – dos alunos após a pandemia, bem como sobre a Terapia Ocupacional diante dessa realidade.

Referências

Brasil (2010). *Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília.

<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>.

Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (2012). *Dicionário da Educação do Campo*. Expressão Popular.

- Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI. (2019). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras*. CETIC. <https://cetic.br/noticia/tic-educacao-2018-cresce-interesse-dos-professores-sobre-o-uso-das-tecnologias-em-atividades-educacionais> .
- Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO). (2011). *Resolução nº 406 de 7 de novembro de 2011: Disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional nos Contextos Sociais e dá outras providências*. <http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3169>.
- Conselho federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO). (2018). *Resolução nº 500, de 26 de dezembro de 2018: Reconhece e disciplina a especialidade de Terapia Ocupacional no Contexto Escolar, define as áreas de atuação e as competências do terapeuta ocupacional especialista em Contexto Escolar e dá outras providências*. <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=10488>.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Artmed.
- Cunha, L. F. F. da, Silva, A. de S., & Silva, A. P. da. (2020). O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal*, 7(3), 27-37. <https://doi.org/10.30872/comcenso.v7.n3.924>.
- Dias, A. D. C. A et al. (2020). Percepções sobre a pandemia de sars-cov-2 em áreas rurais: relato de experiência. In *Anais do IX Congresso Virtual de Gestão, Educação e Promoção da Saúde* (pp. 1-6). Brasília: Universidade de Brasília.
- Farias, M. N., & Faleiro, W. (2017). Contribuições da Terapia Ocupacional Social nas escolas do campo. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 2(2), 542–562. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n2p542>.
- Farias, M. N., & Faleiro, W. (2020). Educação dos povos do campo no brasil: colonialidade/modernidade e urbanocentrismo. *Educação Em Revista*, 36 (Educ. rev., 2020 36). <https://doi.org/10.1590/0102-4698216229>.
- Farias, M. N., & Leite Junior, J. D. (2021). Vulnerabilidade social e Covid-19: considerações com base na terapia ocupacional social. *Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional*, 29. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoEN2099>.
- Floss, M., et al. (2020). A pandemia de COVID-19 em territórios rurais e remotos: perspectiva de médicas e médicos de família e comunidade sobre a atenção primária à saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(7), e00108920. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00108920>.
- Magalhães, R. C. S. (2021). Pandemia de covid-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 28(4), 1263-1267. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702021005000012>.

Miranda, L. S., et al. (2021). Educação inclusiva digital em época de pandemia: um relato de experiência de alunos da zona rural. *Rebena - Revista Brasileira de Ensino Aprendizagem*, 2, 89–99.

Novais, T., Santana, J. J., & Nunes, M. (2020). Educação do Campo na conjuntura da pandemia: alcances, impactos e desafios. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 5, e10278. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e10278>.

Ribeiro, L. P., Leal, Á. A. A., Oliveira, L., & Ribas, S. R. S. (2021). Educação, povos do campo e pandemia da COVID-19: reflexões a partir de um projeto de extensão de uma universidade pública brasileira. *Revista Iberoamericana de Educación*, 86(1), 79-96.

Rocha, E. F. (2007). A Terapia Ocupacional e as ações na educação: aprofundando interfaces. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 18(3), 122-127.

Sahu, A. K., Mishra, A. K., Lal, A., & Sahu, S. A. (2020). Novel coronavirus: A capsule review for primary care and acute care physicians. *Journal of Family Medicine and Primary Care*, 9(4), 1820-1824.

Souza, C. F. M. D., & Prioste, F. (2017). Quilombos no Brasil e direitos socioambientais na América Latina. *Revista Direito e Práxis*, 8, 2903-2926.

Spinillo, A. G., Hodges, L. V. S. D., & Arruda, A. S. (2016). Reflexões Teórico- Metodológicas acerca da Pesquisa em Compreensão de Textos com Crianças. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(1), 45-51. <https://doi.org/10.1590/0102-37722016011986045051>.

Contribuição dos autores: A.A.C. elaboração, coleta de dados, formatação, análise dos dados, revisão do texto. M.N.F. orientação do trabalho, coleta dos dados, análise dos dados, revisão do texto. S.R.A.L. análise dos dados, revisão do texto e formatação.

Outras informações: Grupo de Pesquisa "Metuia Cerrado: terapia ocupacional social e juventudes"

Recebido em: 28/02/2023

Aceito em: 27/06/2023

Publicado em: 15/08/2023

Editor(a): Pamela Bianchi